



EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO/IEMA Nº 02/2022

ESTABELECE NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E CONTRATAÇÃO EM REGIME DE DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA, PARA O CARGO DE ASSISTENTE DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS, COM BASE NO ART.2º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 809/2015

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, no uso da atribuição legal que lhe foi conferida pela Lei nº 248/2002, Decreto Estadual nº 4.109-R/2017 e conforme disposto na Lei Complementar nº 809/2015, faz saber que realizará Processo Seletivo Simplificado, destinado à contratação em regime de designação temporária e formação de cadastro de reserva, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

1 DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se à contratação e formação de cadastro de reserva para o cargo de Assistente de Suporte em Desenvolvimento Ambiental e Recursos Hídricos, em regime de designação temporária.

1.2 Caberá ao IEMA a Coordenação do Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital, por meio de Comissão do Processo Seletivo, em regime de designação Temporária, para o cargo de Assistente de Suporte em Desenvolvimento Ambiental e Recursos Hídricos, instituída pelo IEMA, por meio da Instrução de Serviço nº 04-S, de 06 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial em 11 de janeiro de 2022.

a) Nas situações que possibilitem conflitos de interesses, em que houver membro titular da Comissão cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, do servidor avaliado ou de sua chefia, esse deverá ser substituído em observância às disposições previstas no Código de Ética Profissional dos Servidores Civis do Estado do Espírito Santo.

1.3 O Processo Seletivo Simplificado é composto das seguintes etapas: inscrição, comprovação das informações declaradas e formalização de contrato.

1.4 As contratações temporárias serão admitidas em conformidade com a Lei Complementar nº 809/2015.

1.5 O requisito, atribuições do cargo, jornada de trabalho, subsídio e quantitativo de vagas para exercício do cargo de Assistente de Suporte em Desenvolvimento Ambiental e Recursos Hídricos, constam no Anexo I deste Edital.

1.6 O IEMA dará ampla divulgação às etapas através de publicações no site www.selecao.es.gov.br.

1.7 A oferta do referido cargo será preenchida de acordo com o interesse e conveniência da Administração.

1.8 O candidato que desejar interpor pedidos de esclarecimentos ou de impugnação deste Edital disporá do prazo compreendido entre a publicação do Edital e o dia anterior ao início das inscrições, ininterruptamente.

a) Para os pedidos de esclarecimentos ou as argumentações para impugnação, o candidato deverá utilizar o Sistema Eletrônico E-Docs, conforme instruções constantes no manual específico que estará disponível no site www.selecao.es.gov.br.

b) O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Pedidos inconsistentes ou intempestivos serão preliminarmente indeferidos.



- c) Todos os pedidos serão analisados e as justificativas das alterações do Edital, quando houver, serão divulgadas no site www.selecao.es.gov.br.
- d) Não será aceito pedido de esclarecimentos ou de impugnação do Edital via postal, via fax, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.
- e) Os pedidos dos candidatos cujo teor desrespeite a Comissão do Processo Seletivo serão preliminarmente indeferidos.

1.9 Casos ausentes e possíveis inconsistências deste Edital serão avaliados e deliberados pela Comissão do Processo Seletivo, a qual pode propor alterações/revisões no Edital, sob forma de adendo, encaminhando o inteiro teor das alterações a todos os interessados por intermédio de publicação no endereço eletrônico www.selecao.es.gov.br, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, se necessário.

1.10 Será obrigatória apresentação de comprovante de imunização contra a COVID-19, para os candidatos convocados para a 3ª Etapa do Processo Seletivo (Formalização de Contrato), de acordo com o estabelecido na Portaria Conjunta SEGER/SESA nº 03-R, de 26/11/2021.

2 DAS ETAPAS

2.1 O processo seletivo compreenderá às seguintes etapas:

- a) **1ª Etapa - Inscrição e declaração de títulos:** serão realizadas eletronicamente através do site www.selecao.es.gov.br e **terão caráter classificatório**, de acordo com os critérios de pontuação dispostos no ANEXO II deste edital. Esta etapa será totalmente informatizada.
- b) **2ª Etapa – Convocação e Comprovação das informações: apresentação de documentos, títulos e experiência profissional.** Convocação dos candidatos classificados para a apresentação da documentação comprobatória exigida, para análise das informações prestadas na 1ª etapa. **A 2ª etapa é eliminatória e classificatória.** O não atendimento aos requisitos obrigatórios de ingresso estabelecidos para cada cargo, conforme dispostos no ANEXO I deste Edital, implicará em eliminação do candidato do Processo Seletivo.
- c) **3ª Etapa - Formalização do contrato:** O candidato poderá ser convocado para formalização do contrato de prestação de serviço em caráter temporário nos termos do item 9 deste Edital, de acordo com interesse e conveniência da administração. Os contratos temporários firmados através deste Edital terão validade de 12 (doze) meses, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por conveniência, de forma unilateral pela Administração Pública, conforme art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 809/2015.

3 DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições para o Processo Seletivo Simplificado serão realizadas **exclusivamente** por meio eletrônico, no endereço eletrônico www.selecao.es.gov.br no período de **10 horas** do dia **23 março de 2022** até as **17 horas** do dia **01 de abril de 2022**, observado o horário oficial de Brasília/DF.

3.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o presente Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

3.2.1 Após finalizado o período de inscrição no sistema, não há possibilidade de alteração, inclusão ou exclusão de informações.



3.3 Só será aceita 01 (uma) inscrição por CPF, na qual deverá informar nome completo, data de nascimento (dia, mês e ano), CPF, carteira de identidade, endereço residencial completo, telefone, e-mail, grau de escolaridade, os títulos que possui e que sejam passíveis de comprovação na forma do item 7 deste Edital, e indicar se é pessoa com deficiência, negro ou indígena.

3.3.1 É de inteira responsabilidade do candidato a inserção de suas informações no sistema, não sendo permitido qualquer recurso quanto ao seu resultado neste processo seletivo.

3.4 Somente serão aceitas as inscrições na forma prevista no item 3.1 deste Edital.

3.5 A inscrição implicará a completa ciência e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

3.6 Não serão aceitas inscrições condicionais, e-mail, ou outra forma não prevista neste Edital e fora do prazo estabelecido no item 3.1.

3.7 O comprovante de inscrição deverá ser apresentado no momento da chamada para comprovação das informações declaradas, sendo responsabilidade do candidato a digitalização do comprovante de inscrição e sua documentação.

3.8 O candidato é responsável pela veracidade e legitimidade das informações declaradas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Processo Seletivo Simplificado. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará em imediata Eliminação do candidato, ou caso tenha sido selecionado, a cessação do contrato de trabalho sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

3.8.1 O candidato que, no momento de inscrição, informar data de nascimento diferente da que está em seu documento será eliminado deste processo seletivo.

3.9 O IEMA não se responsabilizará por eventuais prejuízos causados pelo preenchimento incorreto dos dados de inscrição, nem pela inscrição não efetivada por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação ou congestionamento de linhas de comunicação que impossibilitem a transferência dos dados ou a visualização da ficha de inscrição.

3.10 Será exigido como requisito mínimo para inscrição aqueles definidos no ANEXO I deste Edital.

3.11 Poderão participar deste Processo Seletivo Simplificado, os interessados que satisfaçam as condições expressas no presente Edital, seus anexos, demais elementos integrantes e legislação que rege a matéria, bem como que preencham os requisitos abaixo:

- a) Ser brasileiro, nato ou naturalizado;
- b) Ter, na data de inscrição, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- c) Possuir escolaridade e requisitos mínimos exigidos para a vaga, quando da inscrição;
- d) Estar em dia com as obrigações eleitorais e, no caso de candidatos do sexo masculino, com as obrigações militares;
- e) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;
- f) Não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal, com impedimento de exercer a função pública;
- g) Não ter sido demitido ou ter contrato rescindido por falta disciplinar.
- h) Não receber proventos de aposentadoria em cargo público;
- i) Não estar amparado pelo INSS e/ou IPAJM, recebendo auxílio doença;



3.11.1 Não se enquadrar nas vedações contidas no inciso XVI, XVII e § 10 do art. 37 da Constituição Federal de 1988, alteradas pela Emenda Constitucional nº 19/98 e no artigo 1º do Decreto nº 2724-R, de 06/04/2011, publicado no D.O. em 07/04/2011.

4 DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1 As vagas respeitarão o percentual de 5% (cinco por cento) para contratação de Pessoa com Deficiência (PcD) na forma das Leis Estaduais nº 10.684, de 03 de julho de 2017; nº 7.050, de 03 de janeiro de 2002, e suas alterações, de acordo com a demanda por unidade.

4.2 Para a comprovação de atendimento à condição de Pessoa com Deficiência (PcD), o candidato inscrito nesta condição deverá apresentar laudo médico original junto à Comissão do Processo Seletivo, no momento da comprovação das informações declaradas, que informe compatibilidade com a atribuição do cargo, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência e sua correlação com a previsão na Lei Estadual nº 7.050, de 03 de janeiro de 2002, e suas alterações.

4.3 O laudo citado no item 4.2, deverá ser apresentado junto aos demais documentos comprobatórios na 2ª etapa.

4.4 Para comprovação da condição da deficiência, o candidato deverá apresentar laudo médico emitido no máximo 01(um) ano antes da data de sua convocação, que comprove sua aptidão a execução das atribuições do cargo.

4.5 A inobservância do disposto nos itens 4.2 e 4.3 acarretará na perda do direito à contratação na condição de Pessoa com Deficiência (PcD).

4.6 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 4.1 deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4.7 O candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

4.8 A(s) vaga(s) reservada(s) para candidato(s) com Deficiência (PcD), quando houverem, baseado no quantitativo de vagas para cada cargo está descrita no ANEXO III deste Edital.

4.9 O candidato convocado na lista de Candidato com deficiência perderá automaticamente a sua classificação na listagem da Ampla Concorrência, NÃO HAVENDO OUTRA CONVOCAÇÃO, exceto na reclassificação.

4.10 A inobservância ao disposto nos subitens 4.1 a 4.09 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas, ficando o candidato sujeito à sua classificação na lista geral de resultado do processo seletivo.

5 DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS NEGRAS OU INDÍGENAS

5.1 Os contratos respeitarão o percentual de 17% (dezessete por cento) para reserva aos negros na forma estabelecida na Lei Estadual nº 11.094 de 07 de janeiro de 2020.

5.2 Os contratos respeitarão o percentual de 3% (três por cento) para reserva de pessoa indígena na forma estabelecida na Lei Estadual nº 11.094 de 07 de janeiro de 2020.

5.3 Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros ou indígenas, preenchendo a Auto Declaração de que é preto, pardo ou indígena,



conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A autodeclaração encontra-se no ANEXO VI deste Edital.

5.4 Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal, na hipótese de constatação de declaração falsa.

5.5 Detectada a falsidade da declaração a que se refere o caput, será o candidato eliminado do processo seletivo e, se houver sido contratado, ficará sujeito à anulação da sua contratação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5.6 Os candidatos que não forem reconhecidos como negros ou indígenas - cuja declaração resulte de erro, por ocasião de falsa percepção da realidade, não sendo, portanto, revestida de má fé, continuarão participando do processo seletivo em relação às vagas destinadas à ampla concorrência.

5.7 O candidato negro ou indígena concorrerá concomitantemente às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

5.8 O candidato negro ou indígena convocado para as vagas a ele destinadas e para as reservadas às pessoas com deficiência, convocado concomitantemente para o provimento dos cargos, deverá manifestar opção por uma delas.

5.9 Na hipótese de que trata o item 5.6, caso o candidato não se manifeste previamente, será nomeado dentro das vagas destinadas aos candidatos negros ou indígenas.

5.10 Em caso de desistência de candidato negro ou indígena convocado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro ou indígena classificado imediatamente após o desistente.

5.11 Na hipótese de não haver número de candidatos negros ou indígenas suficientes para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação.

5.12 O candidato inscrito como negro ou indígena participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere à avaliação de títulos e aos critérios de classificação, exigida para todos os demais candidatos.

5.13 O não enquadramento do candidato na condição de pessoa negra ou indígena não se configura em ato discriminatório de qualquer natureza.

5.14 É vedada qualquer solicitação de reserva de vaga por parte do candidato após conclusão da inscrição ou participação do certame.

5.15 A(s) vaga(s) reservada(s) para candidato(s) negro(s) ou indígena(s), quando houverem, baseado no quantitativo de vagas para cada cargo está descrita no ANEXO III deste Edital.

5.16 O candidato convocado na lista de **pessoa negra ou indígena** perderá automaticamente a sua classificação na listagem da Ampla Concorrência, NÃO HAVENDO OUTRA CONVOCAÇÃO, exceto na reclassificação.

5.17 O candidato negro ou indígena convocado para as vagas a ele destinadas e para as reservadas às pessoas com deficiência, convocado concomitantemente para o provimento dos cargos, deverá manifestar opção por uma delas.

5.18 A inobservância ao disposto nos subitens 5.1 a 5.17 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas, ficando o candidato sujeito à sua classificação na lista geral de resultado do processo seletivo.



6 DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 O IEMA divulgará lista de classificação dos candidatos no endereço eletrônico www.selecao.es.gov.br.

6.2 Serão aplicados os critérios de desempate na seguinte ordem:

- a) maior soma de pontuação da experiência profissional, conforme previsto no Anexo II;
- b) maior pontuação por qualificação profissional, conforme previsto no Anexo II;
- c) maior idade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento.

7 DA COMPROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DECLARADAS

7.1 O Processo Seletivo Simplificado utilizará as informações declaradas pelo candidato no ato da inscrição, as quais deverão ser comprovadas para efeitos de contratação.

7.2 Esta etapa terá caráter classificatório e eliminatório.

7.3 Para comprovação da experiência e qualificação profissional serão consideradas as exigências estabelecidas no item 7 e Anexo II do presente Edital.

7.4 Todas as chamadas para comprovação das informações declaradas serão divulgadas no endereço eletrônico www.selecao.es.gov.br respeitando a ordem de classificação.

7.5 A convocação para comprovação das informações declaradas ocorrerá por meio de ato específico que será publicado no endereço eletrônico www.selecao.es.gov.br.

7.6 A documentação comprobatória deverá ser enviada em formato *.pdf juntamente com o Anexo IV devidamente preenchido pelo candidato.

7.6.1 É de inteira responsabilidade do candidato o envio da documentação comprobatória e deverá ser realizado em **um único encaminhamento por e-docs**, conforme orientação em ato específico.

7.6.1.1 Somente será aceito **um único envio da documentação comprobatória**, que deve ocorrer dentro do prazo estabelecido por este Edital. Documentações enviadas separadamente, mesmo que dentro do prazo, será aceito apenas o último encaminhamento.

7.7 O candidato será reclassificado no Processo Seletivo Simplificado se não encaminhar a documentação nos prazos estipulados em ato específico.

7.8 Na hipótese da não comprovação do requisito mínimo para contratação no cargo, o candidato será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

7.9 Serão consideradas para fins de pontuação: Experiência Profissional e Qualificação Profissional.

7.9.1 Não serão computadas como EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL o tempo de bolsista, monitoria, voluntariado, Sócio ou Proprietário de empresas em qualquer modalidade e atividade em magistério.

7.10 Serão consideradas como Experiência Profissional na área administrativa, as ocupações inseridas nos Grandes grupos/Grupos/Subgrupos, conforme item 7.9.1 informados no Livro 3 da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002, instituída com base legal na Portaria Ministerial nº. 397, de 09 de outubro de 2002, do Ministério do Trabalho e Emprego. Endereço eletrônico: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/downloads.jsf> (Livro 3)

7.10.1 Entende-se por Experiência Profissional na área administrativa, as ocupações elencadas nos:



- a) Grande Grupo 2/Grupo 25/Subgrupos 252 e 254 - Profissionais de Organização e Administração de Empresas e afins e Auditores Fiscais Públicos;
- b) Grande Grupo 3/Grupo 35 – Técnicos de Nível Médio nas Ciências Administrativa;
- c) Grande Grupo 4 - Trabalhadores de Serviços Administrativos.

7.11 Será considerado também como Experiência Profissional na área administrativa, as ocupações não elencadas no item 7.10, desde que a declaração apresentada pelo candidato contenha as atribuições da ocupação/cargo que comprove a experiência específica na área administrativa.

7.12 Entende-se por Poder Público, o conjunto de órgãos que integram a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

7.13 O Poder Público poderá atuar no exercício de sua competência, de forma centralizada, o que se denomina Administração Direta.

7.14 O Poder Público também poderá atuar de forma descentralizada, o que se denomina Administração Indireta, que consiste no conjunto de pessoas jurídicas dotadas de personalidade jurídicas próprias, vinculadas à administração direta, têm a competência para o exercício de atividades administrativas, dentre as quais, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Autarquias, Fundações Públicas.

7.15 Entende-se por Iniciativa Privada, o conjunto de atividades e organizações constituídas sem participação do setor público. Embora seja um pilar da ordem econômica capitalista, nem sempre a iniciativa privada terá como finalidade o lucro, não se restringindo apenas a atividades econômicas.

7.16 A comprovação das informações declaradas, referentes ao **Anexo II**, quanto à Experiência Profissional se dará por meio de:

7.16.1 Poder Público:

- a) Declaração expedida pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, devidamente assinada pelo responsável, conforme o âmbito da prestação da atividade, em papel timbrado, com carimbo do órgão expedidor, datado e assinado pelo Departamento de Pessoal/Recursos Humanos do órgão em que prestou serviço, **contendo as atribuições da ocupação/cargo que comprove a experiência específica, informando a data de início e a data fim – dia/mês/ano.**
- b) **Somente serão pontuadas as experiências profissionais dos últimos 10 (dez) anos até a data da publicação deste Edital.**

7.16.2 Iniciativa Privada:

7.16.2.1 Declaração **contendo as atribuições da ocupação/cargo que comprove a experiência específica, informando a data de início e a data fim – dia/mês/ano**, devidamente assinada pelo responsável, contendo obrigatoriamente o CNPJ do empregador, o nome do cargo ocupado pelo candidato **acrescido** de:

- a) Contrato de Trabalho; ou
- b) Carteira de Trabalho Digital; ou
- c) Carteira de Trabalho (páginas de identificação com foto e dados pessoais e registro do(s) contrato(s) de trabalho); ou,
- d) Extrato CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, que constam todos os vínculos trabalhista e contribuições previdências relativo ao período trabalhado



7.16.2.1.1 Somente serão pontuadas as experiências profissionais dos últimos 10 (dez) anos até a data da publicação deste Edital.

7.16.3 Prestação de serviço como AUTÔNOMO, no Poder Público ou Iniciativa Privada:

a) Recibo de pagamento autônomo (RPA), sendo pelo menos o primeiro e o último recibo do período trabalhado como autônomo, **OU** Extrato CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, que constam todos os vínculos trabalhista declarado; **acrescido**

b) Declaração que informe o período (com início e fim, se for o caso – dia/mês/ano), a espécie do serviço realizado e a descrição das atividades, emitida por órgão de pessoal/recursos humanos ou autoridade responsável pela contratação;

7.16.3.1 Somente serão pontuadas as experiências profissionais dos últimos 10 (dez) anos até a data da publicação deste Edital.

7.17 No caso de contrato em vigor (carteira assinada com data de início – dia/mês/ano, e sem data de saída), o candidato deverá incluir também na declaração especificada no item 7.16.2.1, a data do término ou atesto de continuidade do contrato.

7.18 Para fins deste processo seletivo não serão aceitas declarações atestadas/assinadas pelo próprio candidato.

7.19 Para comprovação do exercício de atividade profissional, não será considerado período concomitante, que gere sobreposição de tempo.

7.20 As experiências do contrato de menor aprendiz na área administrativa serão consideradas para fins de comprovação de tempo de Experiência Profissional.

7.21 A comprovação das informações declaradas, referentes ao Anexo II, quanto à Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Nível Superior se dará por meio de:

I – **Cursos técnicos**, conforme estabelecido no item 7.10 deste Edital :

a) Certificado de conclusão ou diploma de curso de nível técnico na área administrativa, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, Secretarias ou Conselhos Estaduais de Educação, conforme legislação vigente

b) Somente serão pontuados os cursos concluídos até a data da publicação deste Edital.

II – **Cursos de nível superior:**

a) Certificado de conclusão ou diploma, de curso de nível superior, devidamente registrado, de uma instituição pública ou privada reconhecido pelo Ministério da Educação, conforme legislação vigente.

b) Somente serão pontuados os cursos concluídos até a data da publicação deste Edital.

7.22 Os cursos realizados no exterior só terão validade quando acompanhados por documento expedido por tradutor juramentado, conforme legislação vigente.

7.23 Os diplomas de graduação obtidos no exterior deverão ser revalidados por universidades públicas brasileiras, regularmente credenciadas, criadas e mantidas pelo poder público, que tenham curso reconhecido do mesmo nível e área ou equivalente, conforme prerrogativas da Resolução nº 03/2016 do Conselho Nacional de Educação, e legislação vigente.



8 DOS PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

8.1 Os pedidos de reconsideração acerca dos resultados das comprovações de informações declaradas deverão ser dirigidos à Comissão do Processo Seletivo Simplificado, no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar do dia útil posterior à data de publicação do resultado.

8.2 O procedimento para envio do pedido de reconsideração será estipulado em ato específico que será publicado no endereço eletrônico www.selecao.es.gov.br.

8.3 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Pedido inconsistente ou intempestivo, bem como aqueles cujo teor despreze a Comissão serão indeferidos.

8.4 Não será objeto de análise, o Recurso que apresentar documento “novo”, ou seja, aquele não juntado à época da inscrição, sendo inconsistentes os recursos que possuam este objeto.

8.5 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão da reconsideração.

9 DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 São requisitos para contratação:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Ter, na data de assinatura do contrato, a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- c) Possuir requisitos mínimos exigidos para a vaga;
- d) Estar em dia com as obrigações eleitorais e, no caso de candidatos do sexo masculino, com as obrigações militares;
- e) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada por meio de atestado emitido por médico do trabalho;
- f) Não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal, com impedimento de exercício de cargo público.
- g) Não ter sido demitido ou ter contrato rescindido por falta disciplinar.
- h) Não receber proventos de aposentadoria em cargo público;
- i) Não estar amparado pelo INSS e/ou IPAJM, recebendo auxílio doença;
- j) Não se enquadrar nas vedações contidas no inciso XVI, XVII e § 10 do art. 37 da Constituição Federal de 1988, alteradas pela Emenda Constitucional nº 19/98 e no artigo 1º do Decreto nº 2724-R, de 06/04/2011, publicado no D.O. em 07/04/2011.

9.2 Em acordo à Emenda Constitucional 59, publicada em 19/11/2008, o profissional contratado em designação temporária não poderá atuar sob direção imediata de cônjuge, companheira (o) ou de parentes de até terceiro grau civil.

9.3 Para efeito de formalização do contrato fica definida a apresentação dos documentos listados abaixo, devendo ser apresentado o **original ou cópia legível autenticada em cartório** para conferência dos itens A até C e documentação complementar citada nos itens D até T, sendo:

- a) **Original** da documentação comprobatória das informações declaradas no ato de inscrição, para conferência;
- b) **Original** Carteira de Identidade (RG), com número, órgão expedidor e data de expedição da mesma, para conferência;



- c) **Original** Carteira de trabalho profissional onde conste fotografia, número/série, data de expedição, filiação, local de nascimento e página de contrato do primeiro e último emprego, para conferência;
- d) Comprovante do PIS/PASEP (se possuir)
- e) Comprovante de residência (conta de água, energia elétrica ou telefone);
- f) Comprovante de conta bancária do BANESTES (se possuir);
- g) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Corporação, em caso de candidato brasileiro do sexo masculino;
- h) Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 18 anos
- j) Atestado de médico do trabalho declarando a aptidão do candidato ao desempenho da função profissional.
- k) Comprovante de Título de Eleitor;
- l) Comprovante de situação cadastral do CPF emitido pelo site da Receita;
- m) Certidões negativa criminal e de quitação eleitoral da Justiça Eleitoral
- n) Qualificação Cadastral (acessar o endereço eletrônico www.esocial.gov.br ir no menu “consulta qualificação cadastral” e imprimir o comprovante);
- o) Certidões negativas da Justiça Militar da União e da Justiça Militar Estadual do Espírito Santo, em caso de candidato brasileiro do sexo masculino
- p) 01 (uma) foto 3x4 recente;
- q) Certidões negativas da Justiça Federal do Espírito Santo, Cível e Criminal
- r) Certidões negativas da Justiça Estadual do Espírito Santo, Cível e Criminal
- s) Atestado de Antecedentes Criminais, emitido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de residência do candidato.
- t) Atestado de vacinação contra COVID-19 completo (disponível em <https://conectesuspaciente.saude.gov.br/menu/home-default> ou <https://www.vacinaeconfia.es.gov.br/cidadao/>)

9.4 No momento da formalização do contrato o candidato deverá declarar que:

- a) Não percebe proventos de aposentadoria em cargos públicos.
- b) Não acumula cargos públicos.
- c) Não está amparado pelo INSS e/ou IPAJM, recebendo auxílio doença
- d) Não está respondendo e não sofreu nenhuma penalidade decorrente de sindicância e/ou inquérito administrativo realizado em Entidade de Direito Público, Federal, Estadual ou Municipal.

9.5 Na hipótese de não comparecimento para fins de formalização de contrato na data e horário marcado pelo IEMA, o candidato será reclassificado no Processo Seletivo Simplificado, para o último lugar da lista de classificação.

9.6 Não cabe ao candidato a escolha da lotação.

10 DA CESSAÇÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO

10.1 A extinção ou rescisão do contrato administrativo de prestação de serviço poderá ocorrer a qualquer tempo, conforme Art. 14 da Lei Complementar 809/2015:

- a) pelo término do prazo contratual;
- b) por iniciativa do contratado;



c) por conveniência da administração;

11 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

11.1 Este Processo Seletivo Simplificado terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, a partir da data de divulgação do resultado final.

11.2 O Contrato de Prestação de Serviço será firmado por um prazo de 12 (doze) meses, conforme previsto §2º do art. 2º da Lei Complementar 809/2015, prorrogável por um único e igual período, sob condição resolutive do advento da admissão dos servidores via concurso público.

11.3 Os casos omissos serão avaliados pelo IEMA, conforme item 1.2.

11.4 Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

- a) Não comprovar o requisito básico, curso de nível médio concluído antes da data de publicação do edital;
- b) Informar a data de nascimento divergente do documento de identidade;
- c) No momento da convocação para o envio da documentação comprobatória, na hipótese da não comprovação dos itens a serem considerados como experiência e qualificação profissional, o candidato será ELIMINADO.

11.5 Será reclassificado no processo seletivo o candidato que:

- a) Não comparecer, no prazo estipulado em convocação específica, para a formalização de contrato;
- b) Não entregar a documentação para comprovação das informações prestadas no ato da inscrição, no prazo estipulado em convocação específica.

11.6 Os candidatos reclassificados serão posicionados no último lugar da lista de classificação, compondo assim, nova lista.

11.7 Ao candidato será concedida uma única reclassificação.

11.8 A classificação do candidato para o cadastro de reserva e lista de reclassificados, não assegura a sua contratação, mas apenas a expectativa de ser convocado, para atender às necessidades do IEMA, ao longo da vigência do processo seletivo, observado o disposto no item 11.1.

Cariacica, xx de março de 2022

ALAIMAR RIBEIRO RODRIGUES FIUZA

Diretor Presidente – IEMA



ANEXO I – NÚMERO DE VAGAS, DOS REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS.

CARGO 01: Assistente de Suporte em Desenvolvimento Ambiental e Recursos Hídricos
Requisito de ingresso: Curso de Nível Médio Completo. Certificado de conclusão ou diploma de curso de nível médio, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, Secretarias ou Conselhos Estaduais de Educação.
Atribuições específicas:
<ul style="list-style-type: none">• Executar atividades de apoio administrativo, financeiro e contábil de suporte às áreas /setores do IEMA;• Receber, despachar e controlar trâmites de documentos e processos, inclusive apoiar na expedição de documentos sob supervisão;• Atender e prestar orientação ao público;• Operar sistemas de informação Institucional;• Conduzir veículos desde que habilitado, conforme as normas das leis de trânsito, para fins de desempenho de suas atividades;• Execução de atividades correlatas, conforme a área de atuação, inclusive nas demais unidades do IEMA.
Remuneração: R\$ 2.003,10 + R\$ 300,00 (auxílio alimentação).
Carga horária: 40 horas.
Vaga: 13 + CR

ANEXO II – EXPERIÊNCIA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

QUADRO I - AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (PONTUAÇÃO)			
CARGO ASSISTENTE DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS			
- NÍVEL MÉDIO -			
ÁREAS	PONTUAÇÃO MÁXIMA		
I - Experiência Profissional	20 pontos		
II – Qualificação Profissional	06 pontos		
TOTAL	26 pontos		
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	VALOR DE CADA TÍTULO	QUANTIDADE MÁXIMA DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA DE TÍTULOS
A) Diploma de curso de nível superior. Também será aceito certificado/declaração de conclusão do referido curso superior, desde que acompanhado de histórico escolar, até a data da inscrição.	03 pts./curso	1	3,0



B) Certificado de conclusão ou diploma de curso de nível técnico na área administrativa, expedido por instituição de ensino reconhecido pelo Ministério da Educação, Secretarias ou Conselhos Estaduais de Educação.	1,5 pts./curso	2	3,0
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	06 PONTOS		
A - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL – NÍVEL MÉDIO			
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	VALOR MÁXIMO DE EXPERIÊNCIA		
Exercício de atividade profissional na Administração Pública e/ou na iniciativa privada, até a data da inscrição.	<u>01 (um) ponto a cada seis meses completos de trabalho, limitado aos últimos 10 anos.</u>		
PONTUAÇÃO			
06 meses completos na data da inscrição	01 pontos		
06 meses e 01 dia a 12 meses completos na data da inscrição	02 pontos		
12 meses e 01 dia a 18 meses completos na data da inscrição	03 pontos		
18 meses e 01 dia a 24 meses completos na data da inscrição	04 pontos		
24 meses e 01 dia a 30 meses completos na data da inscrição	05 pontos		
30 meses e 01 dia a 36 meses completos na data da inscrição	06 pontos		
36 meses e 01 dia a 42 meses completos na data da inscrição	07 pontos		
42 meses e 01 dia a 48 meses completos na data da inscrição	08 pontos		
48 meses e 01 dia a 54 meses completos na data da inscrição	09 pontos		
54 meses e 01 dia a 60 meses completos na data da inscrição	10 pontos		
60 meses e 01 dia a 66 meses completos na data da inscrição	11 pontos		
66 meses e 01 dia a 72 meses completos na data da inscrição	12 pontos		
72 meses e 01 dia a 78 meses completos na data da inscrição	13 pontos		
78 meses e 01 dia a 84 meses completos na data da inscrição	14 pontos		
84 meses e 01 dia a 90 meses completos na data da inscrição	15 pontos		
90 meses e 01 dia a 96 meses completos na data da inscrição	16 pontos		
96 meses e 01 dia a 102 meses completos na data da inscrição	17 pontos		
102 meses e 01 dia a 108 meses completos na data da inscrição	18 pontos		
108 meses e 01 dia a 114 meses completos na data da inscrição	19 pontos		
114 meses e 01 dia a 120 meses completos na data da inscrição	20 pontos		
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS PARA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	20 PONTOS		

DAS VAGAS E LOTAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA O CARGO DE ASSISTENTE DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS		
UNIDADE ADMINISTRATIVAS DO IEMA	QUANTIDADE DE VAGAS	LOTAÇÃO
Sede do IEMA	13	Jardim América - Cariacica
Para comprovação do exercício de experiência profissional, não será considerado tempo de serviço exercido em mais de um local de trabalho realizado no mesmo período, ou seja, não será considerado tempo concomitante para contagem de tempo de serviço, conforme especificado item 7.16 deste Edital.		



ANEXO III– QUADRO DE VAGAS

CARGO	LOCALIZAÇÃO	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA - AC	VAGAS RESERVADAS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA – PCD 5%	VAGAS RESERVADAS CANDIDATOS NEGROS – CN 17%	VAGAS RESERVADAS CANDIDATOS INDÍGENAS – CI 3%	TOTAL DE VAGAS
Assistente de Suporte em Desenvolvimento Ambiental e Recursos Hídricos	SEDE	10 + CR	1+ CR	2 + CR	-	13 + CR

ANEXO IV – FORMULÁRIO DE RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

Obs.: Todos os documentos devem estar em formato *.pdf para realização de upload no endereço eletrônico <https://acessocidadeo.es.gov.br>

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Unidade Administrativa: () SEDE

Assinale com um X os documentos encaminhados para 2ª ETAPA, para candidatos convocados:

- () Ficha de Inscrição/Comprovante de Inscrição;
- () Carteira de Identidade (RG);
- () Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Comprovante de situação cadastral do CPF emitido pelo endereço eletrônico da Receita Federal;
- () Diploma devidamente registrado ou do certificado de conclusão de curso de nível médio e superior, se for o caso, acompanhado de histórico;
- () Comprobatória de Qualificação (títulos e cursos) e Experiência Profissional (carteira e declarações), informado no ato da inscrição e utilizada para pontuar, em conformidade com o preconizado no item 7. do edital;
- () Documentação Comprobatória dos requisitos obrigatórios de ingresso, conforme ANEXO I;
- () Currículo Resumido.

IDENTIFICAÇÃO DOS COMPROVANTENS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Para fim de verificação das informações prestadas no ato da inscrição, os documentos comprobatórios deverão ser identificados e correlacionados com as tabelas abaixo, que deverão ser preenchidas conforme as instruções abaixo.



ANEXO VI – AUTO DECLARAÇÃO DE COR/ETNIA

Eu, _____, portador (a) do RG nº _____ e do CPF _____, residente e domiciliado (a) na cidade de _____, Rua _____ nº _____, declaro para os devidos fins e sob as penas da lei em conformidade com a classificação do IBGE, que sou:

Preto(a)

Pardo(a)

Indígena

Declaro estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do Art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

Declaro estar ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes poderão implicar na eliminação do(a) candidato(a) do processo seletivo e ainda na rescisão do contrato administrativo de prestação de serviço.

Local _____.

Data ____/____/____.

Assinatura do candidato(a)